

Então, fica registrada a nossa preocupação diante das ações do Governo do Estado de São Paulo. Eu não tenho dúvida alguma, e o povo de São Paulo também não tem: o pedido de impeachment do governador João Doria tem que ser trazido a este plenário.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE - JANAINA PASCHOAL - PSL - Eu que agradeço, Sr. Deputado.

A SRA. LETICIA AGUIAR - PSL - Sra. Presidente, havendo acordo entre as lideranças, peço o levantamento dos trabalhos da sessão.

A SRA. PRESIDENTE - JANAINA PASCHOAL - PSL - Tem algum colega que queira ainda se manifestar?

Então, havendo acordo de lideranças, esta Presidência, antes de dar por levantados os trabalhos, convoca V. Exas. para a sessão ordinária de amanhã, à hora regimental, sem Ordem do Dia, lembrando a todos das convocações para a Comissão de Finanças e Orçamento para deliberar a Lei Orçamentária para 2021, que tem como relator o nosso colega deputado Delegado Olim, presente aqui a esta sessão.

Desejando uma boa tarde a todos, uma boa noite também, muita saúde e responsabilidade com as medidas de distanciamento, com o uso de máscara, aguardando que nossas autoridades sigam trabalhando com bastante responsabilidade nessa questão. Até amanhã, agradecendo a todos os funcionários que participaram da realização desta sessão.

Está levantada a sessão.

\*\*\*

- Levanta-se a sessão às 16 horas e 02 minutos.

\*\*\*

## 11 DE DEZEMBRO DE 2020 110ª SESSÃO ORDINÁRIA

Presidência: CORONEL TELHADA, FREDERICO D'AVILA e JANAINA PASCHOAL

### RESUMO

PEQUENO EXPEDIENTE

1 - CORONEL TELHADA

Assume a Presidência e abre a sessão.

2 - JANAINA PASCHOAL

Enaltece o trabalho do deputado Delegado Olim na redação do relatório da LOA. Lista as emendas ao texto aceitas pelo deputado. Crítica o aumento de Orçamento destinado à publicidade.

3 - JANAINA PASCHOAL

Para comunicação, repudia a diminuição do Orçamento em áreas essenciais. Pede aos colegas que solicitem ao governo estadual a revisão do projeto.

4 - FREDERICO D'AVILA

Lê a carta assinada pelo presidente de Aprosoja Brasil, criticando o aumento na taxaço de diversos produtos. Alerta para aumento de custo de vida em São Paulo e outros estados. Tece críticas ao governador João Doria. Defende a diminuição do Estado.

5 - CARLOS GIANNAZI

Pede para que a prefeitura de Barueri vete o projeto de lei, aprovado na Câmara dos Vereadores, que cria cargo de educador na Educação Infantil, mas extingue vagas de agentes de desenvolvimento infantil. Alega que o texto deve ser preparado com professores de Educação Infantil. Cobra a inauguração do Hospital das Clínicas de Bauru.

6 - FREDERICO D'AVILA

Assume a Presidência.

7 - CORONEL TELHADA

Cumprimenta o município de Duartina pelo aniversário. Informa as datas comemorativas de 11/12. Comemora os 152 anos da vitória brasileira na Batalha de Havaí, na Guerra do Paraguai. Lamenta o falecimento do aspirante a oficial de infantaria Felipe Carlos dos Reis, em acidente com paraquedas. Parabeniza os policiais que realizaram um parto dentro da viatura, na zona sul de São Paulo. Comenta a ocorrência da Rota que resultou no falecimento de três criminosos. Afirma que irá acompanhar as investigações para que os agentes não sejam punidos.

8 - PRESIDENTE FREDERICO D'AVILA

Parabeniza os policiais envolvidos na ocorrência.

9 - JANAINA PASCHOAL

Agradece ao deputado Delegado Olim pelo atendimento de emendas à LOA. Solicita a revisão de verbas destinadas à publicidade. Pede para que esta Casa faça o detalhamento do destino das verbas encaminhadas ao Tribunal de Justiça de São Paulo.

10 - GIL DINIZ

Discorre sobre a inauguração do Instituto Conservador Liberal. Parabeniza os parlamentares envolvidos. Cita reuniões da Semana de Combate à Corrupção, em Brasília. Pede para que os deputados apresentem novos projetos para a Cultura no Estado. Cumprimenta o novo ministro do Turismo, Gilson Machado. Elogia a atuação do ministro durante a presidência da Embratur.

11 - CORONEL TELHADA

Assume a Presidência.

12 - FREDERICO D'AVILA

Parabeniza a equipe da Rota pela ocorrência em São Paulo. Agradece o apoio ao projeto de resolução da Mesa para criação da medalha Erasmo Dias. Cumprimenta o governador de Goiás, Ronaldo Caiado, pelas críticas ao governador João Doria. Sauda o novo ministro do Turismo, Gilson Machado. Comenta o aniversário de falecimento do general Augusto Pinochet.

13 - CARLOS GIANNAZI

Repudia homenagens ao general Pinochet. Apoiar a greve dos servidores da Fundação Casa, que pedem por mais segurança sanitária na instituição. Crítica a aprovação do uso de verbas do Fundeb para financiamento de escolas particulares.

14 - JANAINA PASCHOAL

Assume a Presidência.

GRANDE EXPEDIENTE

15 - CARLOS GIANNAZI

Comenta aprovação de resolução, que institui programa de assistência de saúde suplementar para magistrados ativos e inativos, do Tribunal de Justiça. Solicita que a entidade estenda esse benefício a todos os servidores. Alega que suas emendas visam beneficiar os servidores públicos. Pede apoio ao PL 652/20, que suspende os prazos de validade dos concursos públicos já homologados até 31/12/21. Cobra a convocação dos aprovados nesses concursos. Solicita aos deputados que votaram a favor da reforma da Previdência, que votem favoravelmente ao PDL 22/20, que repara os danos causados aos aposentados e pensionistas.

16 - FREDERICO D'AVILA

Para comunicação, crítica decreto que proíbe a venda de bebidas alcoólicas em bares e restaurantes, após às 20 horas. Cita a insatisfação de transportadores de alimentos por conta de alterações tributárias sobre itens da cesta básica. Sugere que esses trabalhadores realizem protestos contra as medidas implantadas pelo governo estadual.

17 - GIL DINIZ

Elogia Sérgio Camargo, presidente da Fundação Cultural Palmares, por sua gestão da entidade. Afirma que o presidente da fundação citada estaria sofrendo racismo e perseguição ideológica. Apoiar a medida que isenta os impostos sobre armas de fogo. Defende o direito do porte de armas para cidadãos comuns, visando a legítima defesa. Exibe vídeo de comemoração da aprovação de projeto de lei, que legaliza a descriminalização do aborto até a 14ª semana de gestação, na Argentina. Afirma que essa medida legalizaria o assassinato.

18 - GIL DINIZ

Solicita o levantamento da sessão, por acordo de lideranças.

19 - PRESIDENTE JANAINA PASCHOAL

Solicita que a população mantenha cautela em relação à Covid-19, para evitar uma paralização mais radical. Defere o pedido. Convoca os Srs. Deputados para a sessão ordinária de 14/12, à hora regimental, sem Ordem do Dia. Levanta a sessão.

\*\*\*

- Assume a Presidência e abre a sessão o Sr. Coronel Telhada.

\*\*\*

- Passa-se ao

### PEQUENO EXPEDIENTE

\*\*\*

O SR. PRESIDENTE - CORONEL TELHADA - PP - Presente o número regimental de Sras. Deputadas e Srs. Deputados, sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos. Esta Presidência dispensa a leitura da Ata da sessão anterior e recebe o expediente. Nesta data, dia 11 de dezembro de 2020, uma sexta-feira, iniciamos o Pequeno Expediente com os seguintes oradores inscritos. Primeiro orador: deputado Agente Federal Danilo Balas. (Pausa.) Deputado André do Prado. (Pausa.) Deputado Coronel Telhada. Falarei posteriormente. Deputado Delegado Olim. (Pausa.) Deputado Sargento Neri. (Pausa.) Deputado Itamar Borges. (Pausa.) Deputada Janaina Paschoal. Vossa Excelência tem o tempo regimental.

A SRA. JANAINA PASCHOAL - PSL - SEM REVISÃO DO ORADOR - Muito obrigada, Sr. Presidente. Cumprimento V. Exa., os colegas presentes, os funcionários da Casa, as pessoas que nos acompanham pela Rede Alesp.

Eu tenho vários temas a tratar, porém gostaria de falar sobre o relatório da Lei Orçamentária, da LOA, que foi apresentado. Na verdade, chegou, foi disponibilizado ontem, e ontem mesmo eu li o relatório elaborado pelo relator, deputado Delegado Olim. E, hoje pela manhã, teve a comissão da CFO. Como eu não sou parte, eu apenas acompanhei os debates.

E aí eu queria destacar alguns pontos. Houve dois relatórios separados, do deputado Mellão e do deputado Paulo Fiorilo juntamente com o deputado Barba. E tem um fio condutor que acaba unindo o relatório do deputado Mellão com o relatório do deputado Barba. E com um ponto que eu venho destacando já há muito tempo; na verdade, desde o início do meu mandato.

Mas, antes de fazer esse destaque, eu gostaria de enaltecer o trabalho do colega deputado Delegado Olim, que elaborou um parecer claro, objetivo, bastante direto, o que é importante. Normalmente, quando as pessoas não querem que as demais compreendam, elas escrevem muito, escrevem de maneira difícil, não falam o que estão querendo dizer, utilizam palavras dúbias.

O relatório do colega é muito claro, muito objetivo, muito direto e muito correto praticamente em todos os pontos, porque ele tomou o cuidado de olhar as várias emendas apresentadas pelos vários colegas, pelas várias bancadas e buscou extrair aquele conjunto de emendas que representasse um anseio coletivo.

Então, por exemplo, o colega acatou uma emenda da bancada do PSL que visava recompor o orçamento do programa “Viva Leite”; acatou a emenda na íntegra. Outros colegas, na Casa, também apresentaram propostas de majorar o orçamento destinado ao programa “Viva Leite”. Então, essa medida do deputado Delegado Olim acaba convergindo com o desejo da Casa.

O mesmo procedimento o deputado Delegado Olim adotou com relação ao programa “Santas Casas Sustentáveis”, ao acatar uma emenda da bancada do PSL. E eu, como fiz uma análise de todas as emendas, pude constatar que outros colegas também pediram pelo programa “Santas Casas Sustentáveis”, como também pediram pelas filantrópicas, e o deputado Delegado Olim acatou uma emenda da bancada do PSL, majorando o orçamento das filantrópicas.

Atendendo a um pleito de vários colegas - e eu fui muito contundente nesse sentido -, o colega deputado Delegado Olim também acatou a emenda do deputado Alex de Madureira que objetivava recompor o orçamento que vai ter uma parte de destino para o Instituto do Câncer.

É bem verdade que a emenda do colega previa 54 milhões, e, com os remanejamentos que foram feitos no Orçamento, o relator conseguiu destinar 28 milhões, mas já é melhor do que nada.

Qual é o ponto de divergência que eu trago? Na verdade, não com relação ao relatório, porque nesse aspecto o relatório não - vamos dizer assim - se manifestou. A minha divergência com relação à LOA tem a ver com os valores destinados à publicidade. Na LOA do ano passado, houve uma aprovação de gastar 88 milhões de reais em propaganda institucional.

Se os senhores resgatarem as minhas falas da época, concluirão que eu fui extremamente crítica com esse valor. Inclusive, em virtude dos debates havidos quando da LOA do ano passado, apresentei o Projeto no 7, de 2020, que proíbe gastos com publicidade, salvo a situação de campanhas institucionais na seara da Saúde e da Educação.

Uma comunicação, Excelência, só para eu terminar?

A SRA. JANAINA PASCHOAL - PSL - PARA COMUNICAÇÃO - Então, eu já era crítica com gasto de publicidade, na verdade, muito antes de ser deputada. Quando me tornei deputada, aí não é mais uma questão de opinião, de convicção; é uma questão de obrigação.

Não é possível que, com tantas demandas, nós gastemos com propaganda, com publicidade, e não importa a esfera de poder, não importa o partido que esteja no poder. Pois bem, não contentes com o orçamento de 88 milhões que foi aprovado em 2019, para 2020 eis que o Executivo, os governantes mandam para a Casa um projeto prevendo 153 milhões para publicidade.

Alguém pode dizer: “não, mas tem inflação, tem atualização, é um outro ano”. Com todo o respeito, quando nós comparamos os valores objetivos previstos para a Saúde, para a Educação, para a Segurança Pública, todos esses valores caíram, mesmo com os remanejamentos feitos pelo deputado Delegado Olim, todos para áreas imprescindíveis. Então, aqui eu destaco a qualidade do trabalho do colega.

Mesmo com esses remanejamentos, quando comparamos a LOA aprovada em 2019 para 2020 com a LOA que está em discussão, constatamos que nessas áreas essenciais houve queda.

Então esta Casa não tem como, em um ano de pandemia, em um ano de cortes, em um ano de recessão, em um ano de remanejamentos em geral nos gastos, em um ano em que as pessoas não conseguiram produzir, nós não temos como justificar praticamente dobrar o orçamento para publicidade.

Então, fazendo todos os elogios que o relatório do colega merece, eu venho aqui pedir para que os colegas - sejam da base, sejam da oposição, sejam independentes - se unam ao solicitar para o governo que por conta própria peça uma modificação nessa questão das verbas para publicidade, porque senão vai ficar difícil aprovar o projeto como está.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - CORONEL TELHADA - PP - Obrigado, Sra. Deputada. A próxima deputada é a deputada Maria Lúcia Amary. (Pausa.) Deputado Frederico d'Avila. Frederico d'Avila, V. Exa. tem o tempo regimental.

O SR. FREDERICO D'AVILA - PSL - Sr. Presidente, prezados colegas, deputada Janaina aqui presente, queria aqui ler a carta aberta da Aprosoja Brasil - Associação Brasileira dos Produtores de Soja -, assinada pelo nosso presidente nacional Bartolomeu Braz Pereira.

“Brasília, 11 de dezembro de 2020. A Associação Brasileira dos Produtores de Soja - Aprosoja Brasil e suas 16 associadas, por meio desta carta aberta, vem manifestar seu repúdio e indignação diante da atitude do Governo de São Paulo de taxar,

via decreto, não só as operações internas em 4,14% de ICMS, como também de elevar a carga tributária para o trânsito interestadual de produtos, prejudicando diversas outras unidades da Federação e violando convênios firmados no âmbito do Conselho Nacional de Política Fazendária - Confaz.

A atitude desse governo estadual não poderia ser mais inoportuna. Graças ao crescente déficit fiscal, agravado pelos efeitos da pandemia do novo coronavírus, o Brasil atravessa uma profunda e duradoura crise na esfera econômica, com evidentes reflexos à sociedade. Já são quase 14 milhões de brasileiros desempregados e outros tantos que dependem de auxílio emergencial para manterem-se em condições minimamente viáveis à subsistência.

O Governo faz contas e não consegue encontrar uma fonte que lhe permita sustentar ao menos parte do apoio financeiro que fora, até então, o socorro de muitas milhões de famílias brasileiras.” Agora estou verificando que o professor Giannazi está aqui. Ele com certeza conhece na periferia a dificuldade das pessoas mais simples, principalmente na questão da inflação dos alimentos.

“Os alimentos sofrem forte pressão da demanda e, como consequência, acumulam altas que desafiam todos os dias os ministérios a adotarem medidas para garantir o abastecimento interno à preços adequados.

As sequelas começam a aparecer agora, como se pode notar no IPCA...”, vocês aí devem estar verificando a alta do IPCA, “...de novembro que, puxado especialmente pelos alimentos, acumulou nos 12 meses 4,31%, superando a meta de 4% definida pelo Banco Central do Brasil. Essa triste realidade parece não sensibilizar o governo paulista”.

Bom, se engana quem acha que o João Doria será sensibilizado por qualquer coisa neste sentido. “Em agosto deste ano, o Executivo enviou para a ALESP um projeto de lei que outorgava a si próprio poderes para extinguir e reduzir benefícios fiscais.” Na verdade, não existem esses benefícios fiscais; eles inventaram uma pós-verdade de que tudo que estava abaixo de 18% era benefício fiscal.

“O parlamento estadual não decepcionou o governador e, por meio da aprovação do PL 529, que deu origem à Lei nº 17.293/2020, deu carta branca ao chefe do Executivo sem avaliar criteriosamente os impactos que essa discricionariedade poderia acarretar para a população. Em sequência, o governador publicou diversos decretos que aumentam para 2021 o peso da carga tributária sobre veículos, insumos para construção civil e insumos relacionados à produção de alimentos.”

Queria complementar aqui também insumos na área da Saúde, na área farmacêutica.

“Essa medida expressa claramente o intuito de levar para o prato da população, sem o menor constrangimento, o peso da ineficiência do serviço público e da falta de habilidade do Executivo e do Legislativo de encontrarem caminhos que tirem o estado da crise em que ele se encontra”, Estado pesado, Estado caro e que consequentemente não presta um serviço público de qualidade para a população.

A receita é ter uma burocracia bem paga. Quem acha que cortar Estado é desvalorizar o servidor público, pelo contrário, eu sou a favor - professora Janaina, já conversei com ela a respeito - de termos uma burocracia como a burocracia anglo-saxã, onde a burocracia é bem paga e é eficiente. Essa é a minha proposta. Continuando a carta da Aprosoja: “E se enganam aqueles que acreditam que os reflexos dessa taxaço indiscriminada ficarão restritos aos limites geográficos do estado de São Paulo”. Isso eu falei ontem aqui nesta tribuna, deputado Coronel Telhada.

“Em que pese a patente inconstitucionalidade da Lei 17.293, ao ignorar os convênios firmados no Confaz, a famigerada reforma transfere a responsabilidade pela recuperação fiscal de São Paulo principalmente para os estados exportadores, que exercem papel fundamental para a estabilidade da moeda, à medida que geram superavit para a balança comercial, podendo causar um efeito em cascata, já que os estados que adquirem seus insumos de São Paulo ficam responsáveis pela restituição de eventuais acúmulos de créditos tributários, alimentando a máquina inflacionária que, como já antes dito, chegará à mesa de uma população castigada pela crise econômica”, que é a população mais pobre.

“Diante desse cenário, as entidades signatárias desta carta manifestam total apoio à ADI ajuizada pela Federação das Indústrias do Estado de São Paulo junto ao Tribunal de Justiça de São Paulo e convocam a sociedade civil para reprovar as condutas dessa natureza originadas pelo Governo do Estado de São Paulo.

Este não é um protesto de classes, segmentos ou setores, mas o cumprimento da obrigação moral de se indignar com a injustiça social.” Assina Bartolomeu Braz Pereira, presidente da Aprosoja Brasil, e as 16 Aprosojas do Brasil inteiro também subscrevem a carta.

Então, Sr. Presidente, só para finalizar, esse aumento de carga tributária no estado de São Paulo, uma vez que a maioria das indústrias dos insumos agrícolas estão aqui no estado de São Paulo, vai provocar um problema na agricultura brasileira de maneira geral. O senhor imagine que o Mato Grosso, que produz um quarto da soja brasileira, também será afetado. Goiás, que é o terceiro maior produtor, também será afetado.

Todos os estados da Federação serão afetados pelo aumento de impostos do Sr. João Doria. Infelizmente quem vai pagar a conta, em um primeiro momento, é o produtor rural e, em um segundo momento, a população que vai ao supermercado, ao mercado. E, infelizmente, a população mais pobre é a que sente esse peso da carga tributária.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - CORONEL TELHADA - PP - Muito obrigado, Sr. Deputado. Próxima deputada, deputada Carla Morando. (Pausa.) Deputado Carlos Giannazi. Vossa Excelência tem o tempo regimental.

O SR. CARLOS GIANNAZI - PSOL - SEM REVISÃO DO ORADOR - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, telespectador da TV Assembleia, alguns dias atrás a Câmara Municipal de Barueri aprovou o PLC nº 9, de 2020.

É um projeto de lei, Sr. Presidente, que veio do próprio Executivo, mas que é um projeto horrível, no sentido de que ele ataca a educação infantil, ataca as profissionais da Educação, sobretudo as nossas professoras de educação infantil.

É um projeto de lei que ainda não foi sancionado, a informação que eu tenho é essa. Já quero fazer um apelo ao prefeito de Barueri para que ele não sancione esse projeto, para que ele imponha veto ou vete totalmente esse projeto de lei.

Prefeito de Barueri, o PLC nº 9, de 2020, que V. Exa. encaminhou à Câmara Municipal, é um projeto, primeiro, que afronta a Constituição Federal e a LDB, porque a prefeitura, a partir da aprovação desse projeto, cria o cargo de educador de educação infantil, exigindo que ele tenha formação em pedagogia ou em curso normal superior.

Mas o nome desse cargo tem que ser professor; é o nome correto, como determina a legislação. A educação infantil faz parte da Educação Básica, já há uma ampla legislação nesse sentido.

A primeira questão que eu quero levantar é essa. O projeto tem de ser alterado. Não é educador, o cargo tem que ser de professor de educação infantil, de desenvolvimento de educação infantil.

Agora, tem um ponto aqui que é extremamente perverso. Um artigo desse PL aprovado, Sr. Presidente, tem de ser revogado imediatamente, porque ele extingue os cargos de agente de desenvolvimento infantil, que é um cargo existente hoje.

As professoras que estão nesses cargos - que são professoras concursadas -, há muito estão lutando para que haja a transposição desses cargos ou a transformação para o cargo de professoras de desenvolvimento de educação infantil, como também determinam os pareceres do Conselho Nacional de Educação, da LDB e da Constituição Federal.

No entanto, elas foram surpreendidas, porque nesse projeto de lei, no PLC nº 9, existe um artigo que coloca os cargos em vacância e ainda transforma o nome desse cargo de agente de desenvolvimento infantil para agente de desenvolvimento humano, descaracterizando totalmente o caráter educacional do cargo.

É uma sabotagem, Sr. Presidente, é um ataque aos direitos e à dignidade dessas professoras, que estão hoje trabalhando nas creches da prefeitura de Barueri. Então, o mínimo que o prefeito tem que fazer é vetar o projeto e enviar um projeto construído coletivamente com as educadoras de desenvolvimento infantil, respeitando esse direito, entendendo que a educação infantil faz parte da Educação.

A pessoa que trabalha na educação infantil tem que ter formação, tem que ter magistério ou ter formação em pedagogia, em curso superior, mas ela tem que ser concursada, Sr. Presidente. A designação do cargo é essa que eu citei: professora de educação ou professora de desenvolvimento de educação infantil.

Então faço essa solicitação, Sr. Presidente, e peço para que cópias do meu pronunciamento sejam encaminhadas imediatamente para o prefeito e para o secretário de Educação de Barueri. E quero dizer que, se as medidas não forem tomadas, nós vamos acionar o Ministério Público.

Quero também, Sr. Presidente, para concluir, manifestar o meu total apoio à luta dos estudantes, dos docentes e de toda a população da região de Bauru. Existe uma luta importante que se chama o “O HC não pode morrer”. O Hospital das Clínicas de Bauru, da Universidade de São Paulo, Sr. Presidente, que foi construído em 2012, até hoje não foi inaugurado como tal.

Em 2018, houve a publicação de um decreto criando esse Hospital das Clínicas, mas até agora os governos do PSDB não efetivaram o funcionamento desse hospital como Hospital Escola, onde os alunos de medicina e de odontologia possam fazer os seus estágios, a residência, e também o atendimento à população no convênio com o SUS, com a Secretaria Estadual de Educação. Para isso, é preciso que haja a assinatura de um acordo técnico de cooperação entre a Secretaria Estadual e a Universidade de São Paulo, e isso não aconteceu até agora.

É um absurdo uma região como aquela, enorme, com milhões de habitantes, com muitas cidades em volta de Bauru, que não têm estrutura de atendimento hospitalar e necessitam urgentemente da inauguração desse hospital. Hoje está funcionando precariamente, com alguns leitos para atender pessoas com Covid-19.

Houve uma prorrogação, porque ia ser encerrado esse tipo atendimento. O hospital ficaria vazio, mas houve uma prorrogação, me parece que até março, Sr. Presidente.

O que nós queremos e exigimos é que o governo estadual faça imediatamente o convênio com a Universidade de São Paulo. Assine esse termo, esse acordo de cooperação técnica, transformando, então, o HC de Bauru num hospital que atenda a população toda pelo Sistema Único de Saúde, com orçamento da Secretaria da Educação.

Essa é a reivindicação, a exigência que nós estamos fazendo, até porque construir um hospital com o porte do HC de Bauru e abandoná-lo, isso é improbidade administrativa, é um ato criminoso com dinheiro público, sobretudo na área da Saúde, e nós vamos tomar providências também em relação a isso.

Mas o que nós queremos, neste momento, é nos associar a essa luta dos estudantes, dos professores, dos funcionários e de toda a população de Bauru para que haja a efetivação imediata e urgente desse acordo entre a Secretaria Estadual de Saúde e a Universidade de São Paulo, e o hospital possa atender toda a população e possa também ser um hospital-escola para os estudantes da área da Saúde.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - CORONEL TELHADA - PP - Muito obrigado, Sr. Deputado. Então, eu determino à nossa assessoria que, por gentileza, encaminhe as palavras do deputado Carlos Giannazi, as notas taxagráficas às autoridades que ele solicitou para que fossem encaminhadas.

Deputado Major Mecca. (Pausa.) Deputado Edmir Leudiz (Pausa.) Deputado Reinaldo Aluz. (Pausa.) Deputado Luiz Fernando da Silva. (Pausa.) Deputada Leticia Aguiar. (Pausa.) Deputado Douglas Garcia. (Pausa.) Deputada Damaris Moura. (Pausa.) Deputado Jorge Wilson Xerife do Consumidor. (Pausa.) Deputado Ed Thomas. (Pausa.) Deputado Daniel José. (Pausa.)

Pela Lista Suplementar, deputado Delegado Olim. (Pausa.) Deputado Coronel Nishikawa. (Pausa.)

Eu vou pedir a gentileza de o deputado Frederico d'Avila assumir a Presidência dos trabalhos para que eu possa fazer uso da palavra.

\*\*\*

- Assume a Presidência o Sr. Frederico d'Avila.

\*\*\*

O SR. PRESIDENTE - FREDERICO D'AVILA - PSL - Seguindo a lista complementar de inscritos, agora o deputado Coronel Telhada tem o tempo regimental.

O SR. CORONEL TELHADA - PP - Muito obrigado, presidente, Sras. Deputadas e Srs. Deputados, todos que nos assistem pela Rede Alesp. Quero saudar aqui a nossa Assessoria Policial Militar na figura da cabo Eliane e do cabo Júnior. Está chegando agora? Seja bem-vindo, é um prazer recebê-lo aqui.

Quero saudar o dia de hoje, 11 de dezembro de 2020, saudando o município aniversariante. O primeiro município é o município de Duartina. Um abraço a todos os amigos e amigas do município de Duartina.

Hoje, dia 11 de dezembro, também é o Dia da Infantaria da Aeronáutica. Para quem não sabe, a Aeronáutica tem infantaria, e é justamente a tropa que cuida das instalações da Força Aérea Brasileira, que faz as ações de terra também junto às aeronaves. Então, um abraço a todos os amigos e amigas da Infantaria da Aeronáutica.

Hoje também é o Dia do Engenheiro. Um abraço a todos e a todas que são engenheiros. Hoje é o seu dia, parabéns.

E também é o Dia Nacional das Apaes, uma associação muito importante que nós temos praticamente em quase todos os municípios do estado de São Paulo. Não falo todos, porque acho que não são todos que têm, mas acho que quase todos devem ter.

Nós aqui, deputados, sempre procuramos ajudar algumas Apaes, que fazem um serviço muito importante para as crianças com necessidades especiais. Parabéns a todos vocês que participam das Apaes pelo seu dia e pelo trabalho que executam.

Hoje pela manhã nós estivemos no quartel do 2º Batalhão de Polícia do Exército, onde foi feita a comemoração dos 152 anos da vitória brasileira na batalha da Guerra da Tríplice Aliança.

Todo mundo aqui sabe o que é Tríplice Aliança ou não? Todo mundo lembra? É a Guerra do Paraguai. Isso. Telhada também é cultura, não esqueçam disso. Hoje se comemora os 152 anos do término da Batalha de Avaí.

A Batalha do Avaí foi em 1868, no dia 11 de dezembro de 1868, quando uma grande tropa paraguaia foi cercada pelas tropas brasileiras. Sei que no final daqueles combates restaram só cem paraguaios vivos, foi uma batalha muito sangrenta. A Guerra do Paraguai foi muito sangrenta. Então, é uma coisa que a História tem que lembrar para que nunca mais aconteça uma guerra desse tipo, chamada de Guerra do Paraguai ou Guerra da Tríplice Aliança.

Eu quero parabenizar aqui - pode colocar a foto - o tenente-coronel Julio Cezar Fidalgo Zary. O coronel Zary é o comandante do 2º BPE que, junto com seus oficiais de praça, fez esta bela solenidade, inclusive me homenageando, com mais determinadas pessoas, com a medalha comemorativa dos 150 Anos da Vitória da Guerra da Tríplice Aliança. Muito obrigado, coronel Zary, e parabéns a todos os senhores e senhoras do 2º Batalhão de Polícia do Exército.

Falando em Exército, nós temos uma triste notícia aqui: lamentar a morte de um jovem aspirante a oficial recém-saído